

Editorial

Carla Figueiredo
Cristina C. Vieira
Luís Grosso Correia
Tiago Neves

A educação, em todas as suas formas (formal, não formal, informal, etc.), ocupa um lugar de destaque nas sociedades contemporâneas. A ela são constantemente endereçados novos desafios, novas responsabilidades, novas funções e, por essa razão, tem vindo a assumir uma posição central nas políticas nacionais e internacionais, e nos debates públicos.

Da educação é esperado um elevado nível de qualidade. Da educação se espera, não apenas a formação académica e profissional dos cidadãos, mas também uma oportunidade de desenvolvimento de competências transversais, as chamadas *softskills*, que permita aos alunos assumirem-se como elementos ativos e proativos na sociedade. Da educação é, também, esperado que constitua um espaço de experimentação e aprendizagem da cidadania e democracia, que acompanhe o desenvolvimento social e tecnológico, e que constitua uma oportunidade de diminuição de assimetrias sociais. Da educação, em todas as suas formas, se espera um acompanhamento ao longo da vida dos cidadãos, enquanto janela de oportunidade e desenvolvimento pessoal, social e profissional. A educação emerge, assim, como promotora de maior a Liberdade, de efetiva Equidade e da Emancipação de todos os que habitam o campo educativo.

A centralidade da educação nas sociedades contemporâneas reforça a importância do investimento na investigação e na produção de conhecimento nesta área. É a partir desse conhecimento científico e rigoroso que se torna possível desenhar novas alternativas, novas possibilidades e novas soluções, para situações e problemáticas já existentes ou emergentes.

O XV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, realizado em ambiente on-line entre os dias 10 e 12 de setembro de 2020, constituiu, como já vem sendo a tradição, um espaço-tempo de partilha desse conhecimento rigoroso e valioso. Sob o tema 'Liberdade, Equidade e Emancipação', assistiu-se à apresentação e debate de diversas temáticas dentro do grande chapéu da Educação, por diversas vozes e sobre variados contextos. A diversidade de temáticas e focos de estudo presentes nas investigações em educação, dá conta da crescente multiplicidade de assuntos que urge explorar e discutir.

No sentido de contribuir para a divulgação alargada do conhecimento partilhado, e na continuação do número duplo de 2020, a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação organiza o presente número da Revista Investigar em Educação com textos correspondentes a algumas das apresentações realizadas

no evento. Nele estão compilados 11 textos, selecionados pelos organizadores, após envio para a edição do Livro de Atas do evento. Os vários artigos foram alvo de um processo de revisão e ajustes para corresponder ao estilo da revista.

Os trabalhos publicados neste número da revista espelham a multiplicidade do campo das Ciências da Educação, abordando as problemáticas por diferentes prismas, desde a(s) profissionalidade(s) dos agentes educativos em contextos formais de educação, aos processos de regulação da educação e formação, passando pela problematização da educação enquanto espaço de interação e encontro entre gerações, e pela importância da escola e da educação ao longo da vida dos cidadãos. Ao longo dos textos é possível ter contacto com as perspetivas e perceções de diferentes sujeitos, de diversas faixas etárias e posições no campo educativo, ouvidos nos vários estudos através de uma pluralidade de metodologias e técnicas, e discutidas à luz de referenciais teóricos.

Os 11 artigos, de um total de 24 autores de instituições do ensino superior portuguesas, estão organizados numa secção única, sem as habituais secções de artigos encomendados e antologia.

O texto de Régis Prates e Maria Piedade Rebelo, intitulado *Formadores de professores em contexto escolar: uma profissionalidade em questão*, centrado numa das principais áreas temáticas da investigação em educação, analisa a identidade, a formação e a profissionalidade dos orientadores cooperantes e dos professores acompanhantes.

Por sua vez, Sandra Antunes apresenta-nos um artigo sobre *A jurisdição do assistente social nas escolas: natureza e contributos da intervenção profissional*. A partir de uma perspetiva ecossistémica, a autora analisa e reflete sobre a participação dos/das profissionais do Serviço Social na escola, argumentando que a multiplicidade de problemáticas sociais em contexto escolar explica a crescente importância da sua atividade, que é desenvolvida numa abordagem holística, crítico-reflexiva e empoderadora.

De volta ao tema da formação de professores, o artigo de Maria João Silva, Ana Gama e Eduarda Ferreira intitula-se *Desafios na formação de docentes em identidade, expressão e igualdade de género: um estudo de caso*. A partir de um estudo de caso que toma em consideração as transformações recentes na abordagem às questões de género nas escolas, as autoras mostram que os/as docentes revelam lacunas no conhecimento dos normativos legais e curriculares, assim como resistência aos valores e teorias subjacentes à investigação sobre questões de género.

De seguida, Cecília Bento, Fátima Pereira e Amélia Lopes procuram *Refletir na Prática Pedagógica: o que dizem estudantes, professores cooperantes e supervisores*. Nesse artigo, apresentam resultados de uma investigação sobre as práticas de reflexão em contexto de estágio de professores do 1º Ciclo do Ensino Básico, tomando como ponto de partida a consideração de que o estágio é o período que mais influência tem na formação dos/das professores/as.

O quinto artigo, *Autoavaliação das escolas públicas e das escolas particulares e cooperativas de ensino artístico: perspetiva dos professores*, de

Catarina Amorim, Maria da Graça Bidarra e Carlos Barreira explora as percepções de professores de escolas de Ensino Artístico públicas e particulares e cooperativas sobre os processos de autoavaliação de escola existentes nas suas instituições. Concluem que existem diferenças entre as escolas públicas e as escolas particulares e cooperativas, sendo os processos de autoavaliação mais desenvolvidos e mais impactantes nas escolas públicas, na generalidade.

O artigo seguinte, da autoria de Ana Sofia Lopes, Gabriela Portugal e Maria Figueiredo, tem como título *Dimensões de análise da interação adulto-criança na Educação de Infância*. Neste artigo, as autoras exploram as conceções e conclusões sobre as interações adulto-criança na qualidade da educação de infância. Do trabalho desenvolvido resulta a construção de um quadro teórico sobre as características que definem interações adulto-criança de qualidade.

O sétimo artigo, com o título *Educação, cidadania e intergeracionalidade: avós e netos na literatura para a infância*, da autora Dulce Melão, apresenta os resultados de um estudo sobre o modo como as relações intergeracionais são representadas na literatura, bem como explorar o seu impacto na cidadania e relação com o Outro. Partindo da análise de dois livros-áudio, a autora conclui que as relações intergeracionais presentes nos livros permitem o desenvolvimento de empatia e do cuidado pelo outro, inerentes à cidadania, bem como potenciam a criação de laços afetivos e entendimento da sua identidade.

No artigo *Reconfigurações identitárias de diplomados na área social: (re)ingresso de adultos assalariados no Politécnico de Leiria*, as/os autoras/es Bibiana Pedrosa, Albertina Oliveira, Rui Santos e Cristóvão Margarido, apresentam as conclusões de um estudo sobre as motivações de adultos assalariados no reingresso ao Ensino Superior. O estudo conclui que na base do reingresso se encontram, em primeiro lugar, motivações relacionadas com a valorização e autorrealização pessoal, como resultado das suas vivências e num processo evolutivo natural.

O artigo *A educação de adultos em idade avançada nos polos de educação ao longo da vida do concelho de Silves: um estudo exploratório*, de João Eduardo Martins e Catarina Coelho, nono deste número, norteia-se pela intenção de explorar se e como os Polos de Educação ao Longo da Vida contribuem para a integração social dos idosos que os frequentam e para a educação ao longo da vida. Os autores concluem que a frequência dos idosos nos Polos de Educação ao Longo da Vida contribui para combater o isolamento e promover a sua integração nas comunidades de pertença, bem como promover aprendizagens significativas.

No artigo *Das redes de socialibilidade às trajetórias: representações sobre a escola dos indivíduos pouco escolarizados que não retomaram a educação formal*, a autora Vanessa Carvalho da Silva conclui que as experiências e vivências sociais e de sociabilidade com o outro têm um impacto significativo no modo como os adultos entrevistados percebem a escola e as possibilidades de um retorno à educação formal.

Com o título *Cultivar o sentido crítico*, o artigo de Pedro Franco, apresenta um conjunto de considerações sobre o papel da Escola na formação de

pensadores críticos e como tal pode ser proporcionado, apoiado pelas perspetivas dos filósofos Alasdair MacIntyre, Martha Nussbaum e Pierre Hadot e pela análise de documentos legais portugueses como o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória.

O último artigo, de Manuela Ferreira e Catarina Tomás, intitulado *Liberdade, equidade e participação? reflexo das políticas neoliberais nos discursos e práticas em educação de infância*, debate criticamente a escassez de investigação sobre questões centrais da educação de infância, como o direito a brincar e o modo como as crianças percecionam e participam no seu quotidiano, tendo em vista ultrapassar as tensões a que a área tem sido sujeita, as quais tendem a desvirtuar, em certa medida, a génese do que deve ser o trabalho pedagógico concreto com crianças.